



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2023

Finalidade: Sistema de Registro de Preços

Data: 05/07/2023

Horário: 08h

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: Aquisição de Materiais Elétricos

O MUNICIPIO DE MARQUES DE SOUZA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.607.619/0001-21, com sede administrativa à Rua Getúlio Vargas, 796, Centro, Marques de Souza/RS, torna público, que a Administração Municipal estará realizando **PREGÃO ELETRÔNICO**, do “Tipo Menor Preço ITEM” **PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS**, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, de conformidade com as disposições da Lei nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, da Lei Complementar nº 123/2006, e subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, processo administrativo nº 708/2023, bem como as condições a seguir estabelecidas:

1. DO LOCAL, DATA E HORA DA SESSÃO ELETRÔNICA:

- 1.1. A sessão eletrônica será realizada através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia **05/07/2023, com início às 8h**, horário de Brasília/DF.
- 1.2. O horário de encerramento da sessão eletrônica ficará a critério do Pregoeiro, de acordo com as necessidades surgidas no andamento da sessão.
- 1.3. Somente poderá participar da licitação o particular que apresentar proposta através do site indicado na subcondição 1.1, **antes do início da sessão eletrônica**.
- 1.4. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão eletrônica na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2. DO OBJETO E VALOR:

2.1. O objeto desta licitação consiste na aquisição de materiais elétricos, através da melhor proposta de preços, por item, para constarem em REGISTRO DE PREÇOS, a serem fornecidos em quantidade compreendida como máxima, no entanto cabendo ao Município utilizá-las conforme a necessidade, conforme segue abaixo, com seus respectivos valores unitários de referência:

Item	Unid	QNT	Descrição	Valor de Referência Unitário
1	un	500	ABRAÇADEIRA DE NYLON Tipo cinta plástica, na cor transparente, com dimensões 100x2,5mm, temperatura de utilização aproximada (-40°C a 85°C), flamabilidade ULV94V-2.	R\$ 0,06



2	un	500	ABRAÇADEIRA DE NYLON Tipo cinta plástica, na cor transparente, com dimensões 200x3,5mm, temperatura de utilização aproximada (-40°C a 85°C), flamabilidade ULV94V-2.	R\$ 0,13
3	un	10	BALDE DE INSPEÇÃO PARA ATERRAMENTO PARA A INSTALAÇÃO E INSPEÇÃO DA HASTE TERRA Confeccionado em termoplástico, contendo tampa com grande resistência mecânica. Dimensões 200 x 230mm.	R\$ 16,27
4	Rolo	15	CABO FLEXÍVEL 1,5MM² Formado por fios de cobre eletrolíticos, flexível, classe 4 de encordoamento, isolamento em termoplástico polivinílico (PVC) tipo BWF (resistente a propagação de chamas), 750V. Conforme NBR NM 247-3. Acondicionados em rolos lacrados de 100 metros, sendo a cor definida na hora da solicitação (azul, preto, branco, verde e vermelho). Não serão aceitos fios com isolamento solta do cobre ou com falhas na isolamento ou na impressão das características técnicas.	R\$ 126,00
5	Rolo	15	CABO FLEXÍVEL 2,5MM² Formado por fios de cobre eletrolíticos, flexível, classe 4 de encordoamento, isolamento em termoplástico polivinílico (PVC) tipo BWF (resistente a propagação de chamas), 750V. Conforme NBR NM 247-3. Acondicionados em rolos lacrados de 100 metros, sendo a cor definida na hora da solicitação (azul, preto, branco, verde e vermelho). Não serão aceitos fios com isolamento solta do cobre ou com falhas na isolamento ou na impressão das características técnicas.	R\$ 196,00
6	Rolo	5	CABO FLEXÍVEL 4,0MM² Formado por fios de cobre eletrolíticos, flexível, classe 4 de encordoamento, isolamento em termoplástico polivinílico (PVC) tipo BWF (resistente a propagação de chamas), 750V. Conforme NBR NM 247-3. Acondicionados em rolos lacrados de 100 metros, sendo a cor definida na hora da solicitação (azul, preto, branco, verde e vermelho). Não serão aceitos fios com isolamento solta do cobre ou com falhas na isolamento ou na impressão das características técnicas.	R\$ 319,33
7	Rolo	5	CABO FLEXÍVEL 6,0MM² Formado por fios de cobre eletrolíticos, flexível, classe 4 de encordoamento, isolamento em termoplástico polivinílico (PVC) tipo BWF (resistente a propagação de chamas), 750V. Conforme NBR NM 247-3. Acondicionados em rolos lacrados de 100 metros, sendo a cor definida na hora da solicitação (azul, preto, branco, verde e vermelho). Não serão aceitos fios com isolamento solta do cobre ou com falhas na isolamento ou na impressão das características técnicas.	R\$ 474,00
8	Rolo	5	CABO FLEXÍVEL PP 2 X 2,50 MM² Formado por fios de cobre, flexível, classe 4 de encordoamento, isolamento e cobertura em PVC, cobertura na cor Preta, Anti-chama. Tensão e isolamento 750 V. Rolo lacrado com 100	R\$ 536,33



			metros de fio. Com certificado no INMETRO.	
9	Rolo	5	CABO FLEXÍVEL PP 3 X 2,50 MM² Formado por fios de cobre, flexível, classe 4 de encordoamento, isolamento e cobertura em PVC, cobertura na cor Preta, Anti-chama. Tensão e isolamento 750 V. Rolo lacrado com 100 metros de fio. Com certificado no INMETRO.	R\$ 852,67
10	Rolo	2	CABO FLEXÍVEL PP 3 X 4,00 MM² Formado por fios de cobre, flexível, classe 4 de encordoamento, isolamento e cobertura em PVC, cobertura na cor Preta, Anti-chama. Tensão e isolamento 750 V. Rolo lacrado com 100 metros de fio. Com certificado no INMETRO.	R\$ 1285,67
11	un	40	CHAVE BÓIA ELÉTRICA 16A – TENSÃO 220V Chave de nível tipo boia, com cabo 1,2 metros, material plástico e metal. Para controle do nível de água em caixas d'água, poços, cisternas, etc.	R\$ 54,34
12	un	10	CONTATOR DE POTÊNCIA TRIPOLAR DE 32A, CATEGORIA AC-3/380V Alimentação da bobina de 220V, 60 Hz, linha de bobina CA e CO com o mesmo dimensional, incluindo 2 contatos auxiliares NA e 2 NF, vida útil mecânica de 10 milhões de manobras, tensão nominal de isolamento de 690 Volts, tensão nominal de impulso de 6 kV e seccionamento seguro de 400 Volts, consumo da bobina de 0,71 VA (60 Hz) com contato normalmente aberto, fixação em trilho DIN 35mm, protegido contra corpos estranhos e toques. Garantia mínima de 12 meses a contar da data de entrega.	R\$ 142,74
13	un	35	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS 45KA – 110/220 Vca Monopolar, modelo Slim, Classe II NBR IEC 61.643-11, do tipo limitador de tensão. Tensão máxima de operação contínua de 275 Volts. Fixação através de garras padrão NEMA e possibilidade de encaixe em trilho DIN 35mm, sinalização local com indicação do estado de operação através de bandeirola verde/vermelha (serviço/defeito). Dimensões aproximadas 1,7 cm x 7,5 cm x 9,6 cm (CxLxA), acondicionado em caixa poliamida reforçada com fibra de vidro UL94 V0. Garantia mínima de 12 meses a contar da data da entrega.	R\$ 52,89
14	un	10	DISPOSITIVO DR BIPOLAR, CORRENTE NOMINAL 25A, CORRENTE NOMINAL RESIDUAL 30MA, TENSÃO NOMINAL MÁXIMA DE 380VCA, TIPO AC Garantia mínima de 12 meses a contar da data de entrega.	R\$ 97,19
15	un	10	DISPOSITIVO DR TETRA POLAR, CORRENTE NOMINAL 40A, CORRENTE NOMINAL RESIDUAL 30MA, TENSÃO NOMINAL MÁXIMA DE 380VCA, TIPO AC Garantia mínima de 12 meses a contar da data de entrega.	R\$ 185,56
16	un	5	DISPOSITIVO DR TETRA POLAR, CORRENTE	R\$ 191,56



			NOMINAL 63A, CORRENTE NOMINAL RESIDUAL 30MA, TENSÃO NOMINAL MÁXIMA DE 380VCA, TIPO AC Garantia mínima de 12 meses a contar da data de entrega.	
17	Barra	20	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO 1” , ANTI-CHAMA Na cor preto, com rosca BSP nas duas extremidades, em barras de 3 metros, de acordo com a NBR 15465. As roscas devem estar totalmente perfeitas e íntegras.	R\$ 21,31
18	Un	5	ESCADA EXTENSÍVEL REBITADA, COM PERFIS “U” EM FIBRA DE VIDRO E DEGRAUS CIRCULARES EM ALUMÍNIO COM FRISOS ANTIDERRAPANTES Com sistema de catracas em alumínio, guias de aço galvanizado e nylon para facilitar a extensão e recolhimento. Com sapatas de borracha antiderrapante. Cintas em tira de nylon revestidas de borracha para adaptação a qualquer poste. Altura total aproximada 9,60 metros aberta e 5,40 metros fechada, com aproximadamente 31 degraus. Capacidade: 120 kg. Adequada para uso em eletricidade. Conforme NBR 16.308.	R\$ 1523,81
19	Rolo	20	FIO PARALELO (CORDÃO FLEXÍVEL) 2 X 1,5 MM² Condutores compostos por fios de cobre eletrolítico nus, flexível, classe 5, isolamento composta de policloreto de polivinila (PVC), 70° C, cor branco. Tensão nominal de isolamento 300V. Acondicionado em rolo lacrado de 100 metros. Conforme NBR 247-5.	R\$ 296,33
20	Rolo	20	FIO PARALELO (CORDÃO FLEXÍVEL) 2 X 2,5 MM² Condutores compostos por fios de cobre eletrolítico nus, flexível, classe 5, isolamento composta de policloreto de polivinila (PVC), 70° C, cor branco. Tensão nominal de isolamento 300V. Acondicionado em rolo lacrado de 100 metros. Conforme NBR 247-5.	R\$ 442,00
21	un	20	FITA ISOLANTE AUTO FUSÃO, EM EPR, PRETA Isolante elétrico que possam atingir temperatura de 90°C. Dimensões de 19mm x 0,76mm x 10 metros.	R\$ 24,05
22	un	200	FITA ISOLANTE Adesiva plástica para baixa tensão, até 750 V, à base de PVC e extingüível a chama, na cor preta. Com 0,19 mm de espessura, 19mm de largura e 20 metros de comprimento. Classe de temperatura de 90°C. Com certificação do INMETRO.	R\$ 8,55
23	un	30	HASTE COBREADA PARA ATERRAMENTO Do tipo copperweld, núcleo de aço carbono SAE 1010/1020, revestida com camada de cobre eletrolítico com espessura mínima de 25 µm (conter sobre a haste), isenta de impurezas, rebarbas e ferrugem. Peça de 2,40 metros e Ø 5/8” de diâmetro.	R\$ 68,18
24	un	200	INTERRUPTOR SIMPLES 1 TECLA - SOBREPOR Interruptor simples 1 tecla, sistema X, corrente 10A, tensão máxima 250V, 60Hz, Bivolt. Com placa e caixa simples. Confeccionado em polipropileno auto extingüível e proteção	R\$ 16,14



			contra raios UV, na cor BRANCO. Formato retangular medindo aproximadamente 65 mm de largura, 75 mm de altura e 45 mm de profundidade. Linha 60.000. Com parafusos para fixação. NBR 60884-1. Embalagem lacrada e com selo do INMETRO.	
25	un	200	INTERRUPTOR DUPLO 2 TECLAS - SOBREPOR Interruptor duplo 2 teclas, sistema X, corrente 10A, tensão máxima 250V, 60Hz, Bivolt. Com placa e caixa simples. Confeccionado em polipropileno auto extingüível e proteção contra raios UV, na cor BRANCO. Formato retangular medindo aproximadamente 65 mm de largura, 75 mm de altura e 45 mm de profundidade. Linha 60.000. Com parafusos para fixação. NBR 60884-1. Embalagem lacrada e com selo do INMETRO.	R\$ 16,93
26	un	200	INTERRUPTOR PARALELO + TOMADA 2P + T 10A - SOBREPOR Interruptor paralelo mais tomada 2 pinos + terra, sistema X, corrente 10A, tensão máxima 250V, 60Hz, Bivolt. Com placa e caixa simples. Confeccionado em polipropileno auto extingüível e proteção contra raios UV, na cor BRANCO. Formato retangular medindo aproximadamente 65 mm de largura, 75 mm de altura e 45 mm de profundidade. Linha 60.000. Com parafusos para fixação. NBR 60884-1. Embalagem lacrada e com selo do INMETRO.	R\$ 19,60
27	un	250	LÂMPADA LED COM BULBO, 09 WATTS, 540 LÚMENS, LUZ BRANCA Deve possuir acendimento instantâneo, com vida útil mínima de 25.000 horas, temperatura de cor 6.500K, base tipo E-27, tensão de alimentação autovolt 100V-240V, frequência 60Hz. Acondicionada em embalagem caixa de papelão lacrado de fábrica, com certificado do INMETRO e sedo PROCEL. Garantia mínima de 1 ano a contar da entrega.	R\$ 10,59
28	un	250	LÂMPADA LED COM BULBO, 15 WATTS, 1350 LÚMENS, LUZ BRANCA Deve possuir acendimento instantâneo, com vida útil mínima de 25.000 horas, temperatura de cor 6.500K, base tipo E-27, tensão de alimentação autovolt 100V-240V, frequência 60Hz. Acondicionada em embalagem caixa de papelão lacrado de fábrica, com certificado do INMETRO e sedo PROCEL. Garantia mínima de 1 ano a contar da entrega.	R\$ 15,21
29	un	500	LÂMPADA LED COM BULBO, 20 WATTS, 1800 LÚMENS, LUZ BRANCA Deve possuir acendimento instantâneo, com vida útil mínima de 25.000 horas, temperatura de cor 6.500K, base tipo E-27, tensão de alimentação bivolt 100V-240V, frequência 60Hz. Acondicionada em embalagem caixa de papelão lacrado de fábrica, com certificado do INMETRO e sedo PROCEL. Garantia mínima de 1 ano a contar da entrega.	R\$ 28,86
30	un	250	LÂMPADA LED COM BULBO, 40 WATTS, 3200 LÚMENS, LUZ BRANCA Deve possuir acendimento instantâneo, com vida útil mínima	R\$ 47,73



			de 25.000 horas, temperatura de cor 6.500K, base tipo E-27, tensão de alimentação autovolt 100V-240V, frequência 100V-240V. Acondicionada em embalagem caixa de papelão lacrado de fábrica, com certificado do INMETRO e sedo PROCEL. Garantia mínima de 1 ano a contar da entrega.	
31	un	250	LÂMPADA LED TUBULAR 09 WATTS, 60 CM, 1050 LUMENS, LUZ BRANCO FRIO Deve possuir acendimento instantâneo, com vida útil mínima de 25.000 horas, temperatura de cor 6.500K, IP 20, base tipo G13, comprimento 60 cm x 2,8 cm de espessura, formato T8, tensão bivolt 110V-220V. Corpo e difusor em policarbonato. Acondicionada em embalagem caixa de papelão lacrado de fábrica, com certificado do INMETRO e sedo PROCEL. Garantia mínima de 2 ano a contar da entrega.	R\$ 23,73
32	un	250	LÂMPADA LED TUBULAR 18 WATTS, 120 CM, 1800 LUMENS, LUZ BRANCO FRIO Deve possuir acendimento instantâneo, com vida útil mínima de 25.000 horas, temperatura de cor 6.500K, IP 20, base tipo G13, comprimento 120 cm x 2,8 cm de espessura, formato T8, tensão bivolt 110V-220V. Corpo e difusor em policarbonato. Acondicionada em embalagem caixa de papelão lacrado de fábrica, com certificado do INMETRO e sedo PROCEL. Garantia mínima de 2 ano a contar da entrega.	R\$ 26,08
33	un	15	MINI DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO MONOPOLAR DE 20A, 220VCA, CURVA DE DISPARO C, CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO NOMINAL DE 5KA EM 220VCA. PADRÃO DIN DE ENCAIXE. Conforme NBR 60.898, com certificação de INMETRO. Acondicionado em embalagem. Garantia mínima de 12 meses a contar da entrega.	R\$ 10,74
34	un	15	MINI DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO MONOPOLAR DE 25A, 220VCA, CURVA DE DISPARO C, CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO NOMINAL DE 5KA EM 220VCA. PADRÃO DIN DE ENCAIXE. Conforme NBR 60.898, com certificação de INMETRO. Acondicionado em embalagem. Garantia mínima de 12 meses a contar da entrega.	R\$ 10,74
35	un	20	MINI DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO MONOPOLAR DE 32A, 220VCA, CURVA DE DISPARO C, CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO NOMINAL DE 5KA EM 220VCA. PADRÃO DIN DE ENCAIXE. Conforme NBR 60.898, com certificação de INMETRO. Acondicionado em embalagem. Garantia mínima de 12 meses a contar da entrega.	R\$ 11,82
36	un	15	MINI DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO MONOPOLAR DE 40A, 220VCA, CURVA DE DISPARO C, CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO NOMINAL DE 5KA EM 220VCA. PADRÃO DIN DE ENCAIXE. Conforme NBR 60.898, com certificação de INMETRO.	R\$ 13,58



			Acondicionado em embalagem. Garantia mínima de 12 meses a contar da entrega.	
37	un	15	MINI DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO MONOPOLAR DE 50A, 220VCA, CURVA DE DISPARO C, CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO NOMINAL DE 5KA EM 220VCA. PADRÃO DIN DE ENCAIXE. Conforme NBR 60.898, com certificação de INMETRO. Acondicionado em embalagem. Garantia mínima de 12 meses a contar da entrega.	R\$ 18,09
38	un	15	MINI DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR DE 25A, 400VCA, CURVA DE DISPARO C, CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO NOMINAL DE 3KA EM 400VCA. PADRÃO DIN DE ENCAIXE. Conforme NBR 60.898, com certificação de INMETRO. Acondicionado em embalagem. Garantia mínima de 12 meses a contar da entrega.	R\$ 52,82
39	Un	15	MINI DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR DE 40A, 400VCA, CURVA DE DISPARO C, CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO NOMINAL DE 3KA EM 400VCA. PADRÃO DIN DE ENCAIXE. Conforme NBR 60.898, com certificação de INMETRO. Acondicionado em embalagem. Garantia mínima de 12 meses a contar da entrega.	R\$ 52,87
40	un	10	MINI DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR DE 50A, 400VCA, CURVA DE DISPARO C, CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO NOMINAL DE 3KA EM 400VCA. PADRÃO DIN DE ENCAIXE. Conforme NBR 60.898, com certificação de INMETRO. Acondicionado em embalagem. Garantia mínima de 12 meses a contar da entrega.	R\$ 59,52
41	un	100	PLACA CEGA + CAIXA DE SOBREPOR – SISTEMA X Confeccionado em polipropileno auto extingüível e proteção contra raios UV, na cor BRANCO. Formato retangular medindo aproximadamente 65 mm de largura, 75 mm de altura e 45 mm de profundidade. Com parafusos para fixação. Embalagem lacrada e com selo do INMETRO.	R\$ 10,80
42	un	250	TOMADA SOBREPOR 2P + T 10A Tomada sistema X, 2 pinos + terra, corrente 10A, tensão máxima 250V, 60Hz, Bivolt. Com placa e caixa simples. Confeccionado em polipropileno auto extingüível e proteção contra raios UV, na cor BRANCO. Formato retangular medindo aproximadamente 65 mm de largura, 75 mm de altura e 45 mm de profundidade. Linha 60.000. Com parafusos para fixação. NBR 60884-1. Embalagem lacrada e com selo do INMETRO.	R\$ 14,90
43	un	250	TOMADA DUPLA SOBREPOR 2P + T 10A Tomada dupla sistema X, 2 pinos + terra, corrente 10A, tensão máxima 250V, 60Hz, Bivolt. Com placa e caixa simples. Confeccionado em polipropileno auto extingüível e proteção	R\$ 20,58



			contra raios UV, na cor BRANCO. Formato retangular medindo aproximadamente 65 mm de largura, 75 mm de altura e 45 mm de profundidade. Linha 60.000. Com parafusos para fixação. NBR 60884-1. Embalagem lacrada e com selo do INMETRO.	
44	un	70	TOMADA RJ11 COM PARA TELEFONE – SOBREPOR Tomada RJ11 para telefone sistema X. Com placa e caixa simples. Confeccionado em polipropileno auto extingüível e proteção contra raios UV, na cor BRANCO. Formato retangular medindo aproximadamente 65 mm de largura, 75 mm de altura e 45 mm de profundidade. Com parafusos para fixação. Embalagem lacrada e com selo do INMETRO.	R\$ 16,94
45	un	80	ORGANIZADORES DE CABOS E FIXAÇÃO – CANALETA SISTEMA X Canaleta sistema x, medindo 20 mm de largura, 12 mm de espessura e 2.000 mm de comprimento. Com tampa e sem divisória, fabricada em PVC anti-chama, na cor BRANCA, fornecida com retentor de cabos, com adesivo para fixação.	R\$ 17,30
46	un	80	ORGANIZADORES DE CABOS E FIXAÇÃO – CANALETA SISTEMA X Canaleta sistema x, medindo 40 mm de largura, 12 mm de espessura e 2.000 mm de comprimento. Com tampa e sem divisória, fabricada em PVC anti-chama, na cor BRANCA, fornecida com retentor de cabos, com adesivo para fixação.	R\$ 25,70
47	un	40	ORGANIZADORES DE CABOS E FIXAÇÃO – COTOVELO EXTERNO 90° PARA CANALETA SISTEMA X Fabricado em PVC anti-chama, na cor branco, medindo 20 mm x 12 mm.	R\$ 2,87
48	un	40	ORGANIZADORES DE CABOS E FIXAÇÃO – DERIVAÇÃO T PARA CANALETA SISTEMA X Fabricado em PVC anti-chama, na cor branco, medindo 20 mm x 12 mm.	R\$ 3,54
49	un	40	ORGANIZADORES DE CABOS E FIXAÇÃO – LUVA PARA EMENDA DE CANALETA SISTEMA X Fabricado em PVC anti-chama, na cor branco, medindo 20 mm x 12 mm.	R\$ 3,32
50	un	250	PLAFON COM SOQUETE DE PORCELANA Plafon em polipropileno branco, com soquete de porcelana, E27, potência até 100W, tensão 250V. Com travessa de fixação e parafusos. Conforme NBR 8346. Devidamente embalado.	R\$ 5,25
51	un	100	PLUGUE FÊMEA 20A Plugue fêmea, monofásico, com 3 pólos, sendo 2 pinos + terra, 20A, tensão 250V, fabricado em termoplástico, com prensa cabos, reforçado, retangular, cor branco. Conforme padrão Brasileiro e NBR 14.136. Devidamente embalado com certificação do INMETRO.	R\$ 9,95



52	un	100	PLUGUE MACHO 10A Plugue macho, monofásico, com 2 pólos, 10A, tensão 250V, fabricado em termoplástico, com prensa cabos, reforçado, cor branco. Conforme padrão Brasileiro e NBR 14.136. Devidamente embalado com certificação do INMETRO.	R\$ 8,92
53	un	100	PLUGUE MACHO 20A Plugue macho, monofásico, com 3 pólos, sendo 2 pinos + terra, 20A, tensão 250V, fabricado em termoplástico, com prensa cabos, reforçado, cor branco. Conforme padrão Brasileiro e NBR 14.136. Devidamente embalado com certificação do INMETRO.	R\$ 9,93
54	un	50	PROJETOR LED 100W Temperatura de cor entre 5500k a 6500K, branco frio, IP66, ângulo de abertura de aproximadamente 120°, tensão de alimentação autovolt 100V-240V, vida útil mínima de 25.000 horas, fluxo luminoso 8000 lumens. Corpo em alumínio e difusor de vidro temperado, alça de fixação inclusa. Garantia de 2 anos a a contar da entrega.	R\$ 117,33
55	un	50	RELÉ FALTA E SEQUÊNCIA DE FASE, 208-480VCA Indicado para monitoramento de sistemas trifásicos contra queda e inversão de fases. 50/60Hz. Contatos 1 NA + 1 NF. Fabricado em termoplástico.	R\$ 151,54
56	un	150	SOQUETE T8 CEBOLINHA PARA LÂMPADA TUBULAR Soquete cebolinha com fio duplo, plástico e silicone. Branco.	R\$ 1,44
57	un	10	SUPORTE PLÁSTICO COM BARRAMENTO NEUTRO PARA FIXAÇÃO EM TRILHO DIN 35, COR AZL, PARA 12 LIGAÇÕES, PARA CABOS ATÉ 25MM²	R\$ 46,38
58	un	10	SUPORTE PLÁSTICO COM BARRAMENTO NEUTRO PARA FIXAÇÃO EM TRILHO DIN 35, COR AZL, PARA 7 LIGAÇÕES, PARA CABOS ATÉ 25MM²	R\$ 38,47
VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA				R\$ 147.535,09

2.2. O prazo de entrega dos materiais deverá ser de no máximo até **15 (quinze)** dias, após a emissão do empenho, pelo Setor de Compras do Município.

2.2.1. A entrega dos itens deverá ocorrer de acordo com as necessidades do Município, nos seguintes endereços, sendo de responsabilidade da licitante, a entrega.

a) Secretaria da Administração: Rua Getúlio Vargas, nº 796, Centro - Marques de Souza/RS; e,

b) Parque de Máquinas: Rodovia BR 386, Km 325, Bairro Centro – Marques de Souza/RS.

2.3. Serão sumariamente não recebidos, ou devolvidos os itens que não apresentarem as condições estabelecidas, as quais deverão ser substituídas sem ônus para o Município, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de ser caracterizado atraso na entrega,



ensejando aplicação de multa e demais penalidades, de acordo com a Lei nº 8.666/1993 e alterações.

2.4. A licitante vencedora ficará responsável pela substituição, toda vez que os mesmos não atenderem as exigências do presente Edital, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após sua ocorrência, ficando ainda sujeita as demais penalidades legais.

2.5. Não é obrigatório cotar preços para todos os itens, mas o item deverá ser cotado na integralidade.

2.6. A inobservância das regras estabelecidas neste edital, sujeitarão a(s) licitante(s) vencedora(s) a aplicação das penalidades previstas neste edital e/ou na Lei nº 8.666/1993, observada a ampla defesa e o contraditório.

3. DA PARTICIPAÇÃO:

3.1. Poderá participar do pregão eletrônico o particular que atender a todas as exigências deste edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação, e estiver devidamente cadastrado junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.2. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a empresa licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

3.3. Não será admitida a participação de sociedades empresariais que se encontrem:

3.3.1. Em recuperação judicial ou extrajudicial;

3.3.2. Em processo de falência;

3.3.3. Em impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal de Marquês de Souza;

3.3.4. Declaradas inidôneas; e

3.3.5. Reunidas em consórcio.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO:

4.1. A impugnação ao ato convocatório do pregão será recebida até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a sessão eletrônica, exclusivamente por meio de formulário eletrônico. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital o licitante que não o fizer dentro do prazo ora estabelecido.

4.2. Os autos deste procedimento licitatório permanecerão franqueados aos interessados junto ao Setor de Licitações, Rua Getúlio Vargas, 796, Bairro Centro, Cidade de Marquês de Souza/RS, fone: (51) 3705-1122.

5. DA REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO:

5.1. Para participar do pregão eletrônico, o particular deverá se credenciar no Sistema "PREGÃO ELETRÔNICO", através do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

5.1.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal, bem como presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.



5.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da empresa licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Marques de Souza, promotor da licitação, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.3. A perda da senha ou quebra de sigilo deverão ser comunicados imediatamente ao (à) Sr.(a) Pregoeiro(a), para imediato bloqueio de acesso.

6. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:

6.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento de proposta, contendo os preços unitários e totais do(s) item(ns) oferecido(s), até meia hora antes do início da sessão eletrônica.

6.1.1. A proposta de preço deverá ser enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.1.2. A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão eletrônica.

6.1.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão, ficando responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6.1.4. Em relação aos itens licitados, não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital e seus anexos.

6.1.5. A proposta eletrônica deverá apresentar preços unitários e totais relativamente a cada qual dos itens ofertados. As licitantes poderão formular proposta de preços em relação a um, a alguns, ou a todos os itens licitados.

6.1.5.1. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, em algarismos, com no máximo 2 (duas) casas decimais após a vírgula. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, quer diretos, quer indiretos, como, por exemplo, transportes, fretes, tributos relacionados com o fornecimento do objeto da presente licitação.

6.1.5.2. Da mesma forma, a proposta eletrônica deve contemplar a descrição completa do produto ofertado, sua marca/modelo, bem como o prazo de validade da proposta, igual ou superior a 60 (sessenta) dias.

6.2. A licitante melhor classificada deverá enviar ao Pregoeiro, juntamente com os documentos de habilitação, a proposta em via impressa, ajustada ao último preço / lance enviado por meio eletrônico e assinada pelo representante legal da empresa.

6.2.1. A via impressa deverá indicar ainda:

6.2.1.1. Quantidade(s) e preço(s) unitário(s) do(s) item(ns);

6.2.1.2. Descrição completa e detalhada do(s) item(ns), contendo marca e modelo (se for o caso), bem como, demais características, que devem atender as exigências do objeto do Edital;

6.2.1.3. Prazo de validade da proposta igual ou superior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão eletrônica;



6.2.1.4. Dados bancários para pagamento, contendo nome da instituição financeira, agência e conta;

6.2.1.5. Indicação nome completo do representante legal da empresa com a devida qualificação, (nacionalidade, estado civil, profissão, nº do CPF, nº da cédula de identidade, endereço residencial) e telefone; e

6.2.1.6. Domicílio da empresa, endereço eletrônico, telefone atualizados da empresa licitante.

6.3. Poderá ser admitido pelo Pregoeiro erro de natureza formal, desde que não comprometa o interesse público e da administração.

7. DO INÍCIO DA SESSÃO:

7.1. O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à sessão eletrônica, na data e horário previstos na condição 1 deste edital, com a divulgação da proposta de menor preço unitário, mas não do seu proponente.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E PROCEDIMENTO:

8.1. O início da sessão pública se dará pelo Pregoeiro, via sistema eletrônico, na data e horário previstos neste Edital e realizar-se-á de acordo com o Decreto Federal nº 10.024/19, com a divulgação da melhor proposta de preços recebida, que deverá estar em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimentos detalhadas no presente Edital e seus Anexos.

8.2. Aberta a etapa competitiva (sessão pública), os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor, vedada a identificação de seu detentor.

8.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas.

8.3.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.



8.8.1. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

8.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,10 (dez centavos)**.

8.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.18. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.21. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.22. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie por meio do sistema eletrônico, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DO JULGAMENTO DS PROPOSTAS:

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao



máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

9.2. Após análise e aceitação da proposta, o pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão acerca da aceitação do valor, sendo desclassificada aquela que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito, ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade, procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, segundo o critério de menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

9.3.1. Ocorrendo a hipótese anterior, o pregoeiro poderá ainda negociar com o licitante, no sentido de se obter preço melhor.

9.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema e a ocorrência será registrada em ata.

9.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

9.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.7. Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pela licitante vencedora, em razão das especificações da marca indicada na proposta, se for o caso, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante a apresentação de amostra do material e/ou declaração expedida pelo fabricante de que o objeto possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.

9.7.1. O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo pregoeiro, estará sujeito a desclassificação do item proposto.



9.7.2. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

9.7.3. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de, no máximo, 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

9.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9.12. No caso de desconexão com o pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.12.1. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

10. DA HABILITAÇÃO:

10.1. O não cumprimento das condições habilitatórias implicará a inabilitação do licitante sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

10.2. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser **anexados no portal** no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** após o encerramento da sessão, conforme art. 19, II do Decreto nº 10.024/19, **sob pena de desclassificação da proposta e suspensão no Cadastro de Fornecedores pelo prazo de 05 (cinco) anos.**

10.2.1. Junto à documentação, deverá ser anexada também a proposta por escrito, os dados da empresa, nome do responsável, telefone para contato, e-mail e conta bancária para depósito (**Anexo 2**).

10.3. A Habilitação das empresas para participarem da presente licitação será determinada pela apresentação dos seguintes documentos:

a) Declaração de Firma Individual, no caso de empresa individual (empresário individual ou microempreendedor individual), ou; Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais (sociedade empresária) e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, e; decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de



empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

a.1) Independente do documento apresentado para cumprimento do disposto no item 'a', o objeto social da LICITANTE deve ser compatível com o objeto do presente certame;

a.2) O contrato social ou ato constitutivo mencionado anteriormente deverá ser apresentado com todas as alterações ou da consolidação respectiva.

b) Prova de regularidade quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e Contribuições Previdenciárias (Certidão Conjunta Negativa);

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

e) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440/2011;

g) Certidão Negativa de concordata e falência do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, emitida a menos de 90 (noventa) dias da data de abertura das Propostas a este edital;

h) Declaração de que a empresa não foi considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e de que comunicará a ocorrência de fatos supervenientes impeditivos para a sua participação no presente processo licitatório; (**Anexo 3**)

i) Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, conforme modelo constante no Anexo 1 deste Edital;

j) No caso de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, deverão apresentar **Certidão da Junta Comercial de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Certidão Simplificada), devendo ser gerada no corrente ano.**

10.4. A microempresa e a empresa de pequeno porte ou cooperativa, declarada vencedora que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, conforme arts. 42 e 43 da Lei Complementar 155, de 27 de outubro de 2016, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

10.4.1. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

10.4.2. A não regularização da documentação no prazo fixado implicará na inabilitação do licitante, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



10.4.3. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.7. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.8. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.9. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.

10.9.1. Se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos, que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.10. Os documentos que dependam de prazo de validade e que não contenham esse prazo especificado no próprio corpo, em lei ou neste processo, devem ter sido expedidos em no máximo 90 (noventa) dias anteriores a data determinada para a sessão pública para abertura das propostas.

10.11. Quando da apresentação dos documentos na forma presencial, a empresa participante deverá protocolar envelope lacrado com a proposta de preços, documentos pertinentes e documentos de habilitação, no prazo previsto no item 10.2, deste edital.

10.11.1. Os documentos deverão ser apresentados em original ou mediante fotocópias autenticadas. Ressalva-se que cópias apresentadas em papel térmico de FAX não serão aceitas, nem tampouco autenticação de cópias pela via autenticada.

10.11.2. O prazo começará a contar após o encerramento da fase de negociação conforme Decreto 10.024/2019, art. 38, e, se o vencimento cair em sábado, domingo ou feriado, considerar-se-á prorrogado até o primeiro dia útil seguinte.

10.11.3. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento”, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

10.12. A empresa licitante que convocada na forma prevista pelo item 9.3 deixar de entregar a documentação, entregar documentação falsa ou não mantiver sua proposta ficará passível da aplicação de multa pecuniária de até 10% sobre o valor total de sua proposta, assim como a decretação da suspensão temporária do direito de participar de licitações deflagradas pelo Município de Marques de Souza, bem como o impedimento de contratar com o mesmo, pelo período de até 2 (dois) anos.

10.13. Todas as Certidões da Internet terão sua autenticidade confirmada nos respectivos sites.

10.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



10.15. A empresa licitante que convocada na forma prevista pelo item 10.2 que deixar de entregar a documentação, entregar documentação falsa ou não mantiver sua proposta ficará passível da aplicação de multa pecuniária de até 10% sobre o valor total de sua proposta, assim como a decretação da suspensão temporária do direito de participar de licitações deflagradas pelo Município de Marques de Souza, bem como o impedimento de contratar com o mesmo, pelo período de até 2 (dois) anos.

10.16. A comprovação pela licitante do preenchimento dos requisitos de habilitação ora exigidos deverá operar-se em relação à data de realização da sessão eletrônica prevista no item 1.1, salvo as exceções previstas pela Lei Complementar nº 123/2006.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

11.1. A **proposta final** do licitante declarado vencedor deverá ser **encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à licitante, se for o caso.

11.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/1993).

11.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12. DO RECURSO ADMINISTRATIVO:

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta (30) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.



12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.1.1. No juízo de admissibilidade das intenções de recurso, o Pregoeiro avaliará tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação – TCU Ac. 520/2014-Plenário, item 9.5.1.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3.1. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12.3.2. O encaminhamento de memorial e eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios.

12.4. Qualquer recurso e impugnação contra decisão do Pregoeiro, não terá efeito suspensivo.

12.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

14.1. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará e homologará o objeto da licitação ao(s) vencedor(es), nos termos do art. nono e seguintes do Decreto nº 1.674/2010.

14.1. Após a homologação da presente licitação, a qual terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, a critério e necessidades da Administração, terá a validade por 01 (um) ano.

14.2. Após a homologação, é facultado à Administração Municipal emitir Nota de Empenho



em favor da(s) empresa(s) registrada(s), a qual, juntamente com este Edital e seus Anexos, terão força de contrato, pois a Administração opta por valer-se da prerrogativa estabelecida pelo art. 62, da Lei Federal nº 8.666/93, substituindo o instrumento de contrato pela respectiva Nota de Empenho.

14.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à(s) empresa(s) beneficiária(s) do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do Registro, quando a Administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o Contrato.

14.5. Os itens e preços registrados, bem como os respectivos fornecedores, ficarão disponibilizados durante a vigência do Registro (**um ano a contar da homologação**).

14.6. Excepcionalmente, quando o quantitativo total estimado para o fornecimento não puder ser atendido pelo licitante vencedor, admitir-se-á a convocação de tantos licitantes quantos forem necessários para se atingir o quantitativo total, respeitando-se a ordem de classificação das empresas e desde que referidos licitantes aceitem praticar o mesmo preço da proposta vencedora.

14.7. O Registro, durante sua vigência, poderá ser utilizado por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal de Marques de Souza e que não tenha participado deste certame licitatório, mediante prévia consulta à Administração Municipal, desde que devidamente comprovada a vantagem.

14.7.1. Os Órgãos e Entidades que não participaram do presente Registro de Preços, quando desejarem fazer uso do mesmo, deverão manifestar seu interesse perante a Administração Municipal, para que essa indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

14.7.2. Nos casos em que forem superadas as estimativas de consumo constantes no Registro, caberá ao fornecedor, observadas as demais condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos do Edital, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.7.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este subitem não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados no Edital.

15. DO EQUILÍBRIO ECONÓMICO FINANCEIRO:

15.1. A quantidade a ser adquirida poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

15.1.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo as secretarias responsáveis promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

15.2. Quando os preços inicialmente registrados, por motivo superveniente, tornarem-se superiores aos preços praticados no mercado, a Administração Municipal deverá:



15.2.1. Convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

15.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

e

15.2.3. Convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.

15.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, as Secretarias Municipais poderão:

15.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, desde que confirmada a veracidade dos motivos apresentados;

15.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

15.3.3. Não havendo êxito nas negociações, a Secretaria Municipal deverá proceder à revogação da homologação do(s) item(ns), adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

15.4. Para solicitar o reequilíbrio econômico e financeiro a empresa deverá formular requerimento, a ser devidamente protocolizado e encaminhado ao Setor de Contabilidade, comprovando a ocorrência do desequilíbrio econômico-financeiro do(s), por meio da seguinte documentação:

15.4.1. Solicitação contendo a identificação completa do fornecedor, número do processo licitatório, número da modalidade licitatória, número do contrato/ata de registro de preços e justificativa fundamentada do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste demonstrando a superveniência dos eventos que implicam na revisão, o nexo de causalidade entre os eventos ocorridos e a alteração dos custos, os efeitos gerados e a repercussão sobre a execução do objeto;

15.4.2. Planilhas de custos comparativas, entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato/ata de registro de preços, dos itens que estão ocasionando desequilíbrio, evidenciando a repercussão do aumento de preços ocorrido no (s) valor (es) originalmente pactuado (s).

15.4.3. Comprovação da variação dos custos devendo ser realizada por meio de documentos, tais como: notas fiscais de aquisição de produtos, matérias-primas, de transporte de mercadorias, referentes à época da elaboração da proposta e ao momento do pedido de revisão do ajuste; e

15.4.4. Comprovação da ocorrência de uma das hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal nº 8666/93, ou seja, fatos imprevisíveis, ou previsíveis de efeitos incalculáveis, que retardam ou impedem a execução do contrato, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, caracterizando álea econômica extraordinária e extracontratual.

15.4.4.1. As ocorrências de que trata o inciso o item anterior, podem ser demonstradas, conforme o caso, por meio de notícias de jornais, comunicado do governo, lei publicada recentemente, sem prejuízo de outros.

15.4.4.2. Da nota fiscal indicada no 15.4.3, deverá constar a mesma marca do produto indicada na proposta comercial da licitação.



15.4.4.3. A elevação dos preços de alguns produtos e/ou insumos, motivada por mercados suscetíveis às variações climáticas, entressafra, alta de matéria prima, etc., (fatores sazonais) não constitui fato superveniente capaz de alterar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por tratarem de fatores previsíveis, portanto já considerados na elaboração do preço proposto.

16. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

16.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

16.1.1. Descumprir as condições do Edital;

16.1.2. Não retirar/receber a respectiva nota de empenho, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

16.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

16.1.4. Tiver presentes razões de interesse público.

16.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por termo da autoridade competente, mediante iniciativa do Secretário Municipal.

16.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, que será avaliado pela Administração.

17. DO CONTRATO:

17.1. A homologação do objeto desta licitação à empresa vencedora formalizar-se-á através da Ata de Registro de Preços, assinado pelas partes interessadas, regendo-se suas cláusulas pelos termos deste edital e da Ata de Registro de Preços emitida pelo sistema, que faz parte integrante deste Edital, valendo este como instrumento de contratação, sob pena de decair do direito à contratação e sofrer a aplicação de multa de até 10% sobre o preço total do contrato e suspensão do direito de licitar com o Município de Marques de Souza pelo período de até 2 (dois) anos.

18. DO MODO E LOCAL DE ENTREGA DO(S) ITENS(S):

18.1. A entrega deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após a emissão do empenho emitida pelo Setor de Compras, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, nos seguintes endereços, sendo de responsabilidade da licitante vencedora, a entrega:

a) Secretaria da Administração: Rua Getúlio Vargas, nº 796, Centro - Marques de Souza/RS; e,

b) Parque de Máquinas: Rodovia BR 386, Km 325, Bairro Centro – Marques de Souza\RS.

18.1.1. Mediante escrita e justificada solicitação da empresa Contratada, o prazo declinado no item acima poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, contanto que a empresa Contratada proceda a tal solicitação durante o transcurso do prazo que, originariamente, lhe foi concedido para entrega dos itens, e sendo conveniente para a



Administração tal pedido.

18.2. A Nota de Empenho e/ou a Ordem de Entrega poderá ser repassada à Contratada por meio de e-mail.

18.3. A entrega dos utensílios domésticos e equipamentos é de responsabilidade da Contratada, devendo ser entregues ao Poder Público em embalagens apropriadas.

19. DOS ENCARGOS DA CONTRATADA:

19.1. Serão suportados exclusivamente pela Contratada:

19.1.1. Os débitos fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, seguros e de responsabilidade civil resultantes do fornecimento dos materiais/produtos; e

19.1.2. As despesas com transporte e entrega dos materiais/produtos nos locais indicados.

20. DA FISCALIZAÇÃO:

20.1 A fiscalização do cumprimento das disposições será realizada diretamente pelos servidores Sr. Marcelo Luis Stoll – Secretário de Obras, João Augusto Jung, Dirigente de Equipe e Anacéli de Souza ou a quem vier a substituí-lo.

20.2 À fiscalização cabe conferir as especificações da(s) nota(s) fiscal(is) e do(s) material(ais)/produto(s) fornecidos.

20.3. Caberá à fiscalização, por parte dos responsáveis pela Secretaria respectiva ao receber os materiais/produtos, emitir o competente Termo de Recebimento Provisório do bem objeto do contrato, devendo, para tanto, ser aferida a compatibilidade dos mesmos com as especificações exigidas, inclusive no que concerne aos quantitativos exigidos.

20.4. O recebimento definitivo do(s) item(ns) será dado no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega do(s) produto(s), após verificada sua adequação, mediante Termo de Recebimento Definitivo, emitido pela fiscalização competente.

20.5. Não será aceito produto que não atenda às especificações constantes na descrição do objeto. Os produtos recusados pela Fiscalização deverão ser substituídos pela contratada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento de comunicado específico lavrado pela Fiscalização.

20.6. Em caso de aprovação do produto pela Fiscalização, esta encaminhará a nota fiscal, juntamente com seu atestado, à SMF/Contabilidade.

20.7. A contratada deverá indicar e manter preposto aceito pela Administração Municipal, a fim de representá-la durante a execução do Registro.

20.8. O recebimento provisório ou definitivo dos produtos, por parte da respectiva Secretaria, não exclui a responsabilidade da empresa Contratada pela qualidade, eficiência e adequação dos produtos entregues ao Poder Público.

21. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



20.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

02.01 – GABINETE DO PREFEITO

2003 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (87)

3.3.90.30.26.00.00.00 – Material Elétrico e Eletrônico (718)

03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

2006 – Manutenção da Secretaria da Administração, Fazenda e Planejamento

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (1265)

3.3.90.30.26.00.00.00 – Material Elétrico e Eletrônico (169)

04.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTO E TURISMO

2010 – Manutenção da Secretaria de Educação

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (232)

3.3.90.30.26.00.00.00 – Material Elétrico e Eletrônico (701)

2011 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (265)

3.3.90.30.26.00.00.00 – Material Elétrico e Eletrônico (282)

2015 – Manutenção da Pré-escola

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (468)

3.3.90.30.26.00.00.00 – Material Elétrico e Eletrônico (217)

2086 – Manutenção da Creche

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (560)

3.3.90.30.26.00.00.00 – Material Elétrico e Eletrônico (622)

05.01 – SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

2025 – Manutenção da Secretaria Municipal da Saúde

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (891)

3.3.90.30.26.00.00.00 – Material Elétrico e Eletrônico (253)

2091 – Manutenção da Atenção Básica

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (890)

3.3.90.30.26.00.00.00 – Material Elétrico e Eletrônico (984)

06.01 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2031 – Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (171)

07.01 – SECRETARIA DE OBRAS

2038 – Manutenção da Secretaria de Obras

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (202)

3.3.90.30.26.00.00.00 – Material Elétrico e Eletrônico (403)

2034 – Manutenção das Redes Água

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (1148)

3.3.90.30.26.00.00.00 – Material Elétrico e Eletrônico (307)

2036 – Manutenção da Iluminação Pública

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (1161)

3.3.90.30.26.00.00.00 – Material Elétrico e Eletrônico (238)

2039 – Manutenção das Praças



3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (769)

3.3.90.30.26.00.00.00 – Material Elétrico e Eletrônico (546)

22. DO PAGAMENTO:

22.1. Para receber o pagamento, a Contratada deverá, após a entrega, apresentar nota fiscal na Secretaria respectiva, órgão responsável pela fiscalização.

22.2. Ao receber a nota fiscal, a fiscalização efetuará o procedimento previsto na subcondição 19.2, conferindo a perfeita adequação da nota fiscal ao bem/serviço ofertado ao Poder Público.

22.3. Com o recebimento da nota fiscal, o atestado positivo emitido pela fiscalização, considerar-se-á liquidada a despesa.

22.4. O Contratante (Município) dispõe do prazo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento da nota fiscal no setor de contabilidade, para efetuar o pagamento à Contratada.

22.5. O prazo previsto no item 21.4 não transcorrerá caso verificadas inconformidades na nota fiscal apresentada pela Contratada.

22.6. Por ocasião do pagamento, será realizada a retenção de IR, em observâncias das disposições da IN RFB 1.234/2012 e Decreto Municipal 2.011/2022, se for o caso.

23. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

23.1. O Contratante tem a obrigação de efetuar o(s) pagamento(s) à Contratada nos termos da condição 22.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

24.1. São obrigações da Contratada:

24.1.1. Entregar o(s) material(ais), nos termos da condição 18;

24.1.2. Entregar o(s) material(ais), com as mesmas características indicadas na proposta;

24.1.3. Atender as determinações da fiscalização na hipótese da condição 19, recebendo todos os comunicados e notificações que lhe forem expedidos;

24.1.4. Reparar, remover, corrigir, refazer ou substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento da notificação lavrada pela Fiscalização, no todo ou em parte, o objeto do Registro em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

24.2. A Contratada se obrigará a manter, durante toda a vigência do Registro, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao Município de Marques de Souza imediatamente, qualquer alteração nas condições que deram ensejo à sua habilitação.

25. DAS SANÇÕES:

25.1. O Contratante poderá aplicar à Contratada multa diária de 0,33% (trinta e três décimos por cento) sobre o valor total do(s) item(ns) homologados em nome da empresa, em caso de atraso no cumprimento das obrigações previstas nas subcondições 18.2, 20.5 e 24.1.4.

25.2. Caso a licitante vencedora, injustificadamente, não atender as condições do item 10 deste edital, poderá o Município aplicar-lhe multa pecuniária na razão de até 10% sobre o



valor total de sua proposta de preços, sem prejuízo da decretação da suspensão do direito de licitar com o Município de Marques de Souza e impedimento de contratar com o mesmo pelo período de até 2 (dois) anos.

25.3. Caso a licitante vencedora, injustificadamente, deixe de receber a respectiva Nota de Empenho, extraída em seu favor, poderá o Município aplicar-lhe multa pecuniária na razão de até 10% sobre o valor total da contratação, sem prejuízo da decretação da suspensão do direito de licitar com o Município de Marques de Souza e impedimento de contratar com o mesmo pelo período de até 2 (dois) anos.

25.4. Em caso de rescisão unilateral prevista na condição 25, poderá o Contratante:

25.2.1. Aplicar multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Contratada devidamente atualizado, independente de outra(s) que já tiver(em) sido aplicada(s); e

25.2.2. Determinar a suspensão temporária de participar em licitação e o impedimento de contratar com a Administração Municipal, pelo período de até 02 (dois) anos.

25.3. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento seguinte a que a Contratada tiver direito.

25.4. O Contratante poderá cobrar o valor das multas administrativa e judicialmente.

25.5. O pagamento de multa pela contratada não a exime da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que o produto acarretar ao Contratante.

25.6. Nenhuma penalidade poderá ser aplicada, sem o prévio e justo processo administrativo.

25.7. O processo administrativo iniciará com o recebimento de notificação pela Contratada.

26. DA RESCISÃO:

26.1. Poderá o Contratante promover processo administrativo de rescisão unilateral do Registro, nos seguintes casos:

26.1.1. Quando a soma do valor da(s) multa(s) prevista(s) na subcondição 25.1, aplicadas à contratada, for superior a 15% sobre o valor total do homologado em nome da Contratada, atualizado;

26.1.2. Rejeição, pela fiscalização, do(s) produto(s) substituto(s) entregue(s) em atendimento à determinação da fiscalização prevista na subcondição 19.5;

26.1.3. Falência, insolvência ou impossibilidade de cumprimento de obrigação por parte da Contratada; e

26.1.4. Ocorrência de qualquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

26.2. Em caso de rescisão unilateral, a Administração Municipal poderá, ainda, convocar os outros licitantes na ordem de classificação, até a apuração de um que atenda as condições do edital.

27. DO FORO:

27.1. Para dirimir questões emergentes desta licitação, fica eleito o Foro de Lajeado/RS, com renúncia expressa a qualquer outro.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

28.1. É facultado ao Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo,



vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

28.2. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste pregão, sujeitando a licitante às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei nº 8.666/93.

28.3. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro e membros da equipe de apoio, servidores do Município de Marques de Souza.

28.4. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

28.5. O Município de Marques de Souza não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência da responsabilidade do vendedor a terceiros, sejam estes fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

28.6. O Município de Marques de Souza se reserva o direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, por ilegalidade ou interesse público justificado, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

28.7. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentos referentes ao presente edital.

Marques de Souza/RS, 19 de junho de 2023.

FABIO ALEX MERTZ
Prefeito Municipal

Esse Edital foi revisado e encontra-se aprovado, quanto à forma, por essa Assessoria Jurídica. Em 19 de junho de 2023.

ALINE LUIZA KRÜGER
OAB/RS 66.190
Assessoria Jurídica



ANEXO 1

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

TIMBRE DA EMPRESA
ENDEREÇO COMPLETO, TELEFONE, ENDEREÇO ELETRÔNICO,
Nº CNPJ, INSCRIÇÃO ESTADUAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 27/2023

....., inscrito no CNPJ sob Nº
....., por intermédio de seu representante legal, o Sr(a).,
portador(a) da Carteira de Identidade Nº e do CPF Nº,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do Art. 27 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de
1993, acrescido pela Lei Nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de
dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis
anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO 2

MODELO DE CARTA-PROPOSTA PARA FORNECIMENTO

À Prefeitura do Município de Marques de Souza

Prezados Senhores,

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 27/2023** - Carta-Proposta de Fornecimento.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados, conforme Capítulo I, item 2.1, do instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

Item	Quantia	Objeto	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

E-MAIL :

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

2. CONDIÇÕES GERAIS:

2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

3. PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR):

3.1. Deverá ser cotado, preço unitário e total de cada item, de acordo com o estipulado no Edital.

3.2. A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do pregão.

3.3. O Prazo de Entrega do objeto é de até 15 dias após o pedido.

3.4. O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE



ANEXO 3

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 27/2023

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº. (000), sediada (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, não havendo nenhum impedimento para licitar ou contratar com a administração pública, especialmente quanto ao previsto nos Art. 87 e 88 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e posteriores alterações, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Emitir declaração preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.